

Questões éticas e epistemológicas no campo da pesquisa em educação: o desafio de se pesquisar com crianças

Fabiana Nery de Lima Pessanha¹

 <https://orcid.org/0000-0003-3523-4950>

Florentino Maria Lourenço²

 <https://orcid.org/0000-0002-4135-7706>

Resumo

O presente artigo objetiva produzir reflexões sobre questões nodais no campo da pesquisa em educação, particularmente, os desafios éticos e epistemológicos de se pesquisar com crianças. Consideram-se algumas singularidades da produção científica, tais como a perspectiva qualitativa de investigação, para a qual um dos desafios da pesquisa com crianças envolve reconhecer esse grupo como categoria social e política. O referencial teórico usado baseou-se nos estudos sociais da infância, a partir de revisão bibliográfica, focalizando o mergulho em estudos com crianças e seus pressupostos. Aponta-se para a necessidade de procedimentos teórico-metodológicos que contemplem uma perspectiva ética e alteritária, em diálogo com as concepções de infância subjacentes nas pesquisas com crianças.

Palavras-chave: Ética na Pesquisa; Contemporaneidade; Pesquisa com Crianças.

Ethical and epistemological issues in the field of research in education: the challenge of researching with children

Abstract

This article aims to produce reflections on key issues in the field of education research, particularly the ethical and epistemological challenges of researching with children. We consider some singularities of scientific production: the qualitative perspective of investigation, in which research with children considered in their challenges involves the recognition of this group as a social and political category. The theoretical framework used was based on social studies of childhood, based on a bibliographical review, focusing on diving into studies with children and their assumptions. We point to the need for theoretical-methodological procedures that consider an ethical and alteritarian perspective, in dialogue with the conceptions of childhood underlying research with children.

Keywords: Research Ethics; Contemporaneity; Children's Research.

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo/RJ: pessanhafabi@gmail.com.

² Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo/RJ: florentinomarialourenco@gmail.com.

Considerações iniciais

A pesquisa em qualquer área de conhecimento, na contemporaneidade, se vê premida pelas questões éticas e epistemológicas, principalmente por pressupostos imprescindíveis à constituição do campo científico, a saber: a consistência epistemológica e a postura ética a ser assumida pelo(a) pesquisador(a). Os(as) pesquisadores(as), por sua vez, são desafiados(as) a uma sensibilidade ética ao produzir, perceber e analisar os dados. Um modo ético e responsável de estar e fazer pesquisa no campo educacional representa uma mudança de paradigma do último século, quando estudos e percepções políticas e epistemológicas passaram a ver a criança como sujeito capaz de construir a sua própria compreensão do mundo.

Essas e outras questões vêm permeando o debate sobre questões éticas e epistemológicas no campo das pesquisas em educação, na medida em que interpelam as concepções da autoridade clássica e tradicional e do racionalismo moderno (NAJMANOVICH, 2003), diante dos atuais desafios no campo das pesquisas sociais e com seres humanos. A virada epistemológica ocorrida nas últimas décadas do século XX – entre os anos de 1960 a 1980 –, ao se distanciar das concepções puramente racionalistas e técnico-positivistas (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998; SEVERINO, 2019), passou a admitir que a produção do conhecimento científico está dialeticamente relacionada às distintas concepções e aos modos de se fazer pesquisa.

As pesquisas contemporâneas no campo da produção do conhecimento em educação, como especificidade das ciências humanas e sociais, vêm refutando a adoção, às cegas, de um referencial abstrato, estritamente objetivista e tecnicista e buscando, ao percorrer novos caminhos, admitir as complexidades e as singularidades envolvidas na relação entre os sujeitos e o objeto de conhecimento, abrindo-se à multiplicidade de sentidos e significados possíveis.

Assim, nas pesquisas em educação, “Os fenômenos educacionais não podem ser abordados e tratados como objetos que se destrincham na bancada de um laboratório como se fossem peças de anatomia. Tal diferença decorre do fato de se tratar de uma prática histórico-social” (SEVERINO, 2019, p. 909).

Nosso posicionamento, portanto, é o de considerar a concepção epistêmica, no que tange à perspectiva qualitativa de investigação na produção científica educacional que, em amplo

escopo, compreende o objeto de investigação em sua dimensão histórico-concreta e, os sujeitos envolvidos, na relação dialógica e alteritária que estabelecem entre si, nas diferentes dimensões de partilha e interação social.

Ao problematizar a questão da ética em pesquisa com crianças, Barbosa (2014, p. 240) já acenava para a não neutralidade da pesquisa científica “no contexto das ciências humanas e sociais, que se pautam por investigações de cunho qualitativo”, sinalizando, ainda, que é preciso “rever as pesquisas realizadas, as discussões teórico-metodológicas por elas implementadas e, pouco a pouco, definir pautas para a discussão”. Essas questões nos mobilizam no texto em tela, especialmente, a partir de nosso mergulho em estudos no campo da investigação com crianças e seus pressupostos.

Para o debate proposto, igualmente importante é salientar o advento da escola como instituição moderna e burguesa, emergente na segunda metade do século XIX e início do século XX, como espaço de socialização e educação voltado, sobretudo, às crianças. Embora, no Brasil, o acesso em massa às crianças das classes populares tenha tardado aos anos de 1980 e, às crianças menores, ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, buscamos considerar as múltiplas intencionalidades da educação escolar (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992) como questões complexas que permeiam os processos de produção de pesquisas e a legitimação do conhecimento no campo educacional.

O referencial teórico do presente artigo baseou-se nos estudos sociais da infância (FERNANDES, 2004; MARTINS, 1993; QVORTRUP, 1991; SARMENTO, 2007; SARMENTO; PINTO, 1997; SIROTA, 2001), cujos pressupostos tencionam fundamentar investigações à luz da pluralidade e da heterogeneidade que constituem a(s) infância(s) contemporânea(s). O estudo ora compartilhado pretende problematizar, sobretudo, os limites e as possibilidades político-epistêmicas da pesquisa com crianças, no bojo da crítica à construção adultocêntrica da infância (FERNANDES, 2004; MARTINS, 1993), buscando garantir o reconhecimento do protagonismo e a participação infantil em espaços e tempos da educação da pequena infância.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o artigo foi produzido com base na revisão bibliográfica de estudos do campo da investigação com crianças, almejando reiterar seus pressupostos, sua intencionalidade e seus fundamentos epistemológicos, o que nos permitiu conhecer, a partir da reconstrução do “Estado do Conhecimento” (SILVA; SOUZA;

VASCONCELLOS, 2020), alguns elementos de discussão político-acadêmica e epistemológica no campo estudado.

Como afirmam Silva, Souza e Vasconcellos (2020, p. 9), “[...] as revisões bibliográficas do tipo ‘Estado do Conhecimento’ [...] são importantes instrumentos que contribuem no acompanhamento histórico da produção do conhecimento [...] e favorecem o intercâmbio entre os diferentes campos do saber”.

As autoras defendem que a possibilidade de aprofundar o conhecimento produzido é fundamental para delimitar um campo investigativo, em tempos de complexas mudanças decorrentes dos avanços da ciência, reafirmando, assim, o lugar da universidade na produção e na democratização do conhecimento. Ainda, afirmam que “as revisões na literatura científica podem contribuir para conhecer o percurso epistêmico das pesquisas de uma área ou um tema a ser consolidado” (SILVA; SOUZA; VASCONCELLOS, 2020, p. 5).

Para efeitos da escrita da presente reflexão, valemo-nos de alguns trabalhos publicados em periódicos avaliados e classificados academicamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em especial, aqueles que abordam temas, como: cidadania da infância (MESQUITA, 2022), compromisso ético e etnografia com crianças (BARBOSA, 2014; SEVERINO, 2019), autoria infantil (KRAMER, 2002), entre outros, o que nos possibilitou reconhecer a incidência de discussões que atravessam o tema sobre questões éticas e epistemológicas, no campo da pesquisa em educação com crianças. Os trabalhos fazem referência a diferentes perspectivas teórico-metodológicas, bem como estilos e perspectivas éticas epistemológicas distintas.

Tendo como referência os estudos feitos pelos autores dos trabalhos referenciados, nossas análises buscaram viabilizar um princípio dialógico, em consonância com as concepções bakhtinianas (2014), que levam em conta a multiplicidade de sentidos nas manifestações discursivas e, como tal, “[...] o discurso escrito é, de certa maneira, parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.” (BAKHTIN, 2014, p. 128).

De modo geral, tal percurso nos possibilitou aproximarmos de uma hipótese inicial de investigação, isto é, de que precisamos avançar nos estudos sobre abordagens teórico-metodológicas que buscam ultrapassar uma visão estática da infância, como concepção

historicamente imposta às ciências humanas e sociais. Por outro lado, reafirmamos a necessidade de continuidade de investigações no campo das pesquisas em educação com crianças, sobretudo em referência às questões éticas e epistemológicas, em especial pelo lugar de subordinação e posicionalidade delas no campo científico (SARMENTO, 2007).

Feitas estas considerações iniciais, a seguir, abordamos marcos históricos e conceituais importantes para compreender a categoria infância como grupo histórico-social e político, sendo este um exercício de pesquisa-ação que visa superar o cenário de (in)visibilidade (SARMENTO, 2007) histórica, social e cívica de outrora. Abordamos, brevemente, a ruptura epistemológica no campo do conhecimento científico, no âmbito dos Estudos Sociais da Infância (SARMENTO, 2007) como ciência recente que passa a enxergar as crianças como sujeitos ativos, integrantes da categoria social moderna da infância.

Na sequência, trazemos algumas reflexões sobre os desafios éticos e epistêmicos de se pesquisar com crianças, nos contornos do debate educacional das pesquisas qualitativas contemporâneas, tendo em conta as particularidades e as singularidades desse grupo na sua dinamicidade de categoria geracional, política e social.

Para tanto, enfatizamos a necessária consolidação de procedimentos teórico-metodológicos que, em diálogo com as concepções de infância subjacentes às pesquisas com crianças, possam, efetivamente, contemplar uma perspectiva ética, dialógica e alteritária, com destaque para o campo da linguagem, entre adultos e crianças, no cotidiano de espaços coletivos de educação.

Os desafios de se pesquisar com crianças

É fato evidente que o mundo acadêmico observa crescente evolução quantitativa e qualitativa das pesquisas no campo da educação, especificamente da sociologia da infância, que marcam um deslocamento das concepções vindas da medicina e da psicanálise, pois tencionam conferir maior centralidade política e social às crianças.

Sarmiento e Pinto (1997, p. 82) revelam que:

[...] no campo investigativo, o estudo das crianças, a partir da década de 90, ultrapassou os tradicionais limites da investigação confinada aos campos médico, da psicologia do desenvolvimento ou da pedagogia, para considerar o fenômeno social da infância, concebida como uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a ação e a estrutura social.

No entanto, adequar os objetivos, os métodos e a privacidade das crianças participantes da pesquisa, no que tange às questões éticas, tem sido um dos desafios atuais, principalmente num contexto em que o caminho de pesquisar sobre a pequena infância foi, historicamente, caracterizado por um olhar estereotipado de que a criança é incapaz de produzir e compreender a sua existência e que, somente o adulto, estaria apto a fazê-lo.

A subversão a essa concepção histórica abre espaço para debates e formulação de leis e práticas que tendem a olhar a pequena infância como categoria social ativa. Nesse contexto, a nossa escrita vem interrogando as formas com que se têm desenvolvido as pesquisas com e sobre as crianças na educação. Desta forma, centramo-nos em duas interrogações que atravessam o ato de fazer pesquisa com crianças: qual é o olhar que se tem sobre a criança na pesquisa em educação? Até que ponto, efetivamente, conseguimos criar condições para uma relação ética, dialógica e alteritária nas pesquisas em educação com crianças?

As respostas a essas questões ampliam as possibilidades para que as crianças se coloquem e sejam por nós colocadas como sujeitos ativos e participantes da pesquisa, que precisam de um olhar responsável e respeitoso quanto aos impactos e à repercussão social dos processos de investigação e resultados científicos, por assim, considerar que as crianças não são meros objetos, mas sujeitos integrantes das pesquisas.

A esse respeito Franklin (1995, p.7) alerta que

[...] a infância não é uma experiência universal de qualquer duração fixa, mas é diferentemente construída, exprimindo as diferenças individuais relativas à inserção de gênero, classe, etnia e história. Distintas culturas, bem como as histórias individuais, constroem diferentes mundos da infância.

Trata-se de um olhar que subverte a visão de objetivação das crianças e corrobora a perspectiva que busca consolidar a escala mundial dos direitos das crianças, propondo desta maneira o olhar cidadão das crianças, como Kramer (2002, p.43) afirma:

[...] nos últimos vinte anos, um sério esforço para consolidar uma visão da criança como cidadã, sujeito criativo, indivíduo social, produtora da cultura e da história, ao mesmo tempo em que é produzida na história e na cultura que lhe são contemporâneas.

Compreendendo que as crianças não são objetos mudos a serem investigadas, interpretadas, desafiamos quebrar a ordem adultocêntrica que coloca o sujeito adulto como exclusivo para interpretar a pequena infância. Como sinaliza Sirota (2001), é preciso desenvolver procedimentos teórico-metodológicos que possibilitem entender o que a criança faz de si e produz, entender aquilo que se faz, e não se limitar às compreensões produzidas pelas instituições historicamente convencionadas como escola, Estado, família e comunidade.

Ancorados em nossas análises, baseadas no referencial teórico e bibliográfico ora apresentado, nosso posicionamento defende a adoção de procedimentos teórico-metodológicos que potencializem a compreensão das várias elaborações das crianças como produtoras de cultura e participantes da vida social e cultural mais ampla, cujas concepções produzidas devem ser compartilhadas, para melhor entender as infâncias a partir de uma relação dialógica e efetivamente alteritária a ser estabelecida com elas.

Sarmiento e Pinto (1997, p. 78) desafiam-nos a trazer pesquisas que visam colocar à superfície as

[...] realidades da infância com base na própria criança [como] um campo de estudos emergente, que precisa adotar um conjunto de orientações metodológicas cujo foco é a recolha da voz das crianças. Assim, além dos recursos técnicos, o pesquisador precisa ter uma postura de constante flexibilidade investigativa. [...] a não projetar o seu olhar sobre as crianças colhendo delas apenas aquilo que é o reflexo dos seus próprios preconceitos e representações. O olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente.

Como nos referimos, o conceito e o interesse de pesquisar sobre a infância são históricos e socialmente recentes, sendo que a criança foi tomada como não adulta, como ser que não tem domínio de si e é carregada de imperfeições, cabendo ao adulto, seu responsável, educá-la, concedendo ou não a sua liberdade. No Brasil, Fúlvia Rosemberg (2011) nos apresenta uma

importante reflexão com base nos estudos de Phillippe Ariès, afirmando que este autor, além de inaugurar a concepção da construção social da infância, lançou pressupostos para uma mudança paradigmática nas décadas de 1980 e 90, inaugurados pelos estudos sociais da infância. No entanto, não só as pesquisas sobre as crianças são recentes, mas o próprio processo jurídico que consagra a criança como sujeito ativo de direito também o é, se olharmos que foi em 1959 que as Nações Unidas aprovaram a Declaração Universal dos Direitos da Criança e, em 1989, a Convenção dos Direitos da Criança, consagrando-lhes direitos fundamentais e inalienáveis.

Segundo Mesquita (2022, p. 4):

A inserção dos direitos da criança e do adolescente no cenário jurídico brasileiro e mundial praticamente inexistiu até o século XIX.

As ações destinadas a esse estrato da população, durante um longo período de tempo, ocorreram quase exclusivamente no campo assistencial, de maneira caritativa [...]. Contudo, o que se vem processando no decorrer da história, principalmente durante todo o século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, é o aumento significativo do espaço para a discussão de pontos de vista diversos e a proposição de leis e políticas direcionadas à infância e à juventude.

Passado o período das políticas de cunho assistencial “para atender a crianças e adolescentes vistos como rejeitados e/ou abandonados” (MESQUITA, 2022, p. 4), em fins do século XIX e início do século XX o quadro jurídico brasileiro passou a voltar-se à ideia de proteção à infância, considerada potencialmente perigosa, aos menores de rua, delinquentes e desvalidos, então vistos como uma ameaça à sociedade.

Era latente a preocupação do poder oficial com as “crianças perigosas”, constatada pelas diversas referências a elas, com esse sentido, na legislação da última década do século XIX e nos anos iniciais do século XX. Breda (2015) aponta determinações destinadas às crianças no Código Penal de 1890 (vigente até 1940); também no Código Civil de 1916 (vigente até 2002), bem como no decreto de assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes, de 1923. Um destaque especial, como primeiro marco legal relacionado especificamente à infância e adolescência no Brasil, deve ser dado ao Decreto-Lei 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, que regulamentou a proteção e a assistência, unificando as duas leis anteriores e tornando-se conhecido como Código de Menores (MESQUITA, 2022, p. 5).

Ao longo das lutas dos setores progressistas da sociedade brasileira, apesar do “jugo de

governos mais autoritários - no caso, após dois golpes: o de Vargas, que instaurou um governo populista-autoritário entre 1937 e 1945; e o golpe civil-militar de 1964, que instaurou a ditadura no país até 1985” (MESQUITA, 2022, p. 6), uma nova visão em direção aos direitos das crianças foi se fortalecendo, no País, em contraponto ao paradigma da menoridade.

No cenário atual brasileiro, a concepção da cidadania das crianças, desde a infância, bem como as políticas e as ações que buscam consolidar seus direitos, foi arduamente conquistada na elaboração da Constituição de 1988. Na sequência, o marco nacional fundamental é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, concebendo como criança uma pessoa até 12 anos de idade incompletos e, adolescente, aquela entre 12 e 18 anos de idade (Art. 2). O referido marco legal, no art. 18, reserva o "dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor".

A Sociologia da Infância, apesar de ser uma disciplina que surgiu na década de 30 do século XX, apenas na década de 1990 se fundou como objeto ou categoria social por ser estudada. No entanto, ela vem demonstrando, nas últimas décadas, uma autonomia em relação aos campos da sociologia da educação e da sociologia da família, uma vez que tem se dedicado à construção de suas próprias teorias e metodologias que procuram não apenas descrever as crianças, mas também compreender a sua totalidade social.

Antes da década de 1990, o estudo sobre a sociologia da infância era caracterizado por uma perspectiva teórico-histórica que revelava um total desconhecimento de uma das fases mais centrais do processo de desenvolvimento e crescimento humano, pois conceder somente ao adulto a representação sócio-histórico-cultural implica(va) negar a capacidade de apre(e)nder das crianças, na infância.

Esta visão, por muito tempo, orientou as pesquisas educacionais sobre as crianças e a infância, porque os métodos e as técnicas utilizadas ainda não enfrentavam o desafio epistemológico de compreender as crianças a partir do seu contexto de inserção, bem como como sujeitos que participam da edificação do mundo. Ratificando, Becchi (1994) sinaliza que as pesquisas demoraram a desencadear um movimento em termos de método, técnicas e objetivos para entender as singularidades das crianças.

No cenário atual, se por um lado, existe o reconhecimento considerável das produções científicas no campo da sociologia da infância (MARTINS FILHO, 2011); por outro lado, parece real afirmar que muitas destas pesquisas aparecem centradas na visão *adultocêntrica* (ROSEMBERG, 1976), isso porque poucos estudos se dedicam a discutir as relações interdisciplinares e de conteúdo que estas estabelecem com a sociologia, a antropologia e a cultura, em verdadeiro e efetivo diálogo com as crianças.

Atualmente, as pesquisas são desafiadas, do ponto de vista ético, moral e epistemológico, a compreender os espaços e os contextos nos quais crianças socialmente, etnicamente, culturalmente e corporalmente posicionadas se encontram inseridas, construindo suas identidades a partir de seus coletivos sociais e étnico-raciais. Além de viverem num mundo em constante transformação e mercantilização da vida, nos quais somos desafiados a preservá-las da exposição social no contexto do mundo publicitário em que vivemos. Assim, é muito necessário construir procedimentos metodológicos cuidadosos, que possibilitem apreender as formas como as crianças criam e ressignificam as suas culturas, suas formas de interação, de compreensão do mundo, de socialização, e suas maneiras de interpelar o outro.

Vivemos em um século da revolução tecnológica que, por um lado, nos proporciona maior viabilidade e eficácia nas pesquisas científicas e, por outro, fortalece o nível de controle das pessoas bem como a invasão da integridade moral dos sujeitos. E, por conseguinte estando exposta aos riscos da tecnologia, a dimensão da pesquisa precisa ser pensada sob seus impactos no outro, principalmente quando se trata de pesquisas que envolvem encontro e escuta da pequena infância – questões éticas se impõem ao pesquisador.

Falar da ética e moral nas pesquisas sobre a pequena infância implica compreender seus processos de inserção, entender a forma como as relações intersubjetivas atuam na singularidade de cada criança, bem como forjar um percurso promissor que subverte sua objetivação nas pesquisas, em prol da sua valorização, por assim discutir metodologias, procedimentos e técnicas que dão centralidade e qualificam as vozes das crianças. Desta maneira, as pesquisas precisam descobrir, dentro das respostas das crianças, as suas vontades e aquilo que caracteriza as suas constituições e relações sociais.

O caminho que buscamos é também aquele que se interessa pelo conhecimento das crianças, que ultrapassa a metodologia descritiva das fases do desenvolvimento infantil nas

pesquisas sobre a pequena infância. Trata-se de mudanças paradigmáticas que visam transformar a consciência, o olhar e as concepções teóricas, científicas e culturais em relação ao campo da educação e à pesquisa com crianças.

Apesar dos avanços no campo das pesquisas e da afirmação da Sociologia da Infância que olham para esta categoria como social e histórica, vendo-a como um sujeito de direito, ainda são incipientes e insuficientes as pesquisas que utilizam métodos que tencionam robustecer esse paradigma. Portanto, o caminho para mudar o olhar preconceituoso se mostra lento e complexo, visto que ainda predominam pesquisas que concebem crianças como objetos de pesquisas e recorrem aos seus adultos responsáveis para deduzir os contextos psíquico-sociais delas.

Pesquisas com crianças: tendências e marcos históricos

No contexto brasileiro, as bases dos movimentos sociais, políticos e legislativos que procuram compreender a criança nas suas categorias históricas, sociais e culturais apareceram na década de 1980 com as primeiras tentativas de (re)democratização. No entanto, no campo das pesquisas, encontram-se influências de uma das principais pesquisas de Ariès, *História Social da Criança e da Família*, desenvolvida, em 1978, em que, através da pesquisa iconográfica, buscou evidenciar que, à semelhança de as instituições ‘tradicionais’: família e escola se transformarem, a infância igualmente registra sua transformação, por isso urge a necessidade histórica de se construir um sentimento sobre as crianças.

A esse respeito, Kramer (2002) afirma que, no final da década de 1970, começaram a aparecer pesquisas que discutiam a história da infância com uma abordagem atrelada ao debate social, cultural e político. A autora aponta que a pesquisa de Charlot (1977), cuja contribuição nos alerta para conceber a criança na acepção supostamente de natureza infantil, e não como uma condição, mascara a significação social da infância. Chamava atenção, Charlot, em 1977, para a necessidade de não naturalização da infância e, de certo modo, para o deslocamento conceitual que ignorava as condições concretas das crianças, suas singularidades e os seus contextos históricos, culturais e ideológicos.

A (re)leitura dos trabalhos de Jans Qvortrup, da década de 1990, que mostram as contradições da abordagem das teorias funcionalistas que colocam o adulto como aquele que

compreende o mundo infantil, permite forjar uma teoria de contradiscurso a este posicionamento, pois encara a infância como uma instituição que possui sua própria cultura e compreensão do mundo, e não apenas um período de reclusão. As pesquisas pelos países europeus, coordenadas por Qvortrup, representam um marco para a fundação da Sociologia da Infância.

Outra abordagem que tem se mostrado fundamental nas pesquisas sobre crianças é a sociologia francesa, que nos fornece elementos e estabelece um campo científico que se debruça sobre o assunto. Assim, Bourdieu nos ajuda a fundar este campo, ao fissurar, na França, a sociologia da infância em duas grandes áreas: a sociologia da educação e a psicologia do comportamento, para conceber a criança não como objeto por ser socializada, mas com base em uma ciência que pensa novas epistemologias, teorias e metodologias que percebem os processos de socialização da criança, a partir da criança.

As pesquisas atuais revelam que a infância precisa ser reconhecida como uma categoria social, e como parte da sociedade que precisa estar conectada a outras fases de crescimento, pois é uma forma particular, singular e distinta do desenvolvimento. Assim, a infância precisa ser interpretada como categoria social permanente, e não transitória, devendo ser estudada como problemática histórica e variável, em que não cabe falar de infância, mas sim, de infâncias, produzidas pelas condições sociais que a sociedade oferece.

As pesquisas atuais vêm revelando uma interlocução com o mundo exterior às crianças, já que produzem conhecimento e ressignificam a sua relação com os adultos, a sua formação cultural, e almejam vencer a invisibilidade histórica (SARMENTO, 2007) das crianças como sujeitos ativos. No campo da Sociologia da Infância, no Brasil, de modo especial, destacamos o pioneirismo dos estudos de Florestan Fernandes (2004) e, na sequência, os de José de Souza Martins (1993), como iniciativas que buscaram, como procedimento teórico-metodológica, ouvir as vozes das crianças.

Fernandes (2004), ao estudar as “Trocinhas do Bom Retiro”, já na primeira metade do século XX, na cidade de São Paulo, em 1942, explorou as especificidades e a diversidade dos modos próprios de socialização dos grupos infantis, ao observar, analisar e registrar as características das práticas sociais estabelecidas pelo grupo de crianças estudado. Por sua vez, Martins (1993) colocou as vozes das crianças como fonte primordial de interlocução nos estudos que realizou em colônias

e povoados dos estados brasileiros do Mato Grosso e Maranhão. Ao posicionar as crianças como “testemunhas da história” (MARTINS, 1993), realizou uma pesquisa pela linha dos que, teoricamente, não tinham o poder. Os estudos desses autores marcam um grande avanço na emergência do campo da Sociologia da Infância, no Brasil, principalmente pelo reconhecimento da agência, do *status* da criança como sujeito do conhecimento (MARTINS, 1993).

Por uma perspectiva teórico-metodológica dialógica e alteritária

Nesta seção, adentramos em algumas questões que dialogam com a perspectiva qualitativa de investigação em educação com crianças, perpassando por uma concepção teórico-metodológica que compreende o advento da infância como categoria política, social e de direitos.

A pesquisa em educação com crianças consiste, entre outros aspectos, em estabelecer uma relação assentada na dialogicidade, num contato baseado na alteridade e na ética como um princípio epistemológico, mas também ético-político. Para uma reflexão sobre esses temas, entendemos a dimensão dialógica como aquela que engloba múltiplas situações de enunciação e linguagem entre os sujeitos, crianças e adultos, envolvidos na pesquisa.

Tal compreensão nos conduz ao diálogo com o filósofo russo Mikhail Bakhtin (2014) no que tange à concepção da linguagem como campo político-epistêmico e ideológico, que se materializa na dimensão das relações sociais, materiais e simbólicas, estabelecidas entre adultos e crianças. Em seus estudos sobre a filosofia da linguagem, o autor defende a relação dialética que a palavra mantém com o contexto histórico-social que a atravessa; portanto, reconhece a dimensão socioideológica em suas relações de produção e circulação.

Assim, defendemos a distinção da pluralidade das vozes tanto dos adultos, quanto das crianças, nas pesquisas em educação, ratificando a alteridade como o reconhecimento da palavra na inter-relação entre os sujeitos envolvidos. Para melhor esclarecer a dimensão da alteridade na pesquisa educacional com crianças, remetemo-nos a Bakhtin (2014), quando de suas reflexões sobre a linguagem como campo epistemológico, tecido nas relações sociais. Por alteridade, Bakhtin (2014) afirma que a palavra se manifesta na relação dialética que ela mantém com os distintos contextos e sujeitos históricos e sociais de sua produção.

As pesquisas do filósofo se dedicam a questionar as estruturas tradicionais – as correntes do *subjetivismo individualista* e do *objetivismo abstrato* –, defensoras do mecanicismo e do instrumentalismo predominantes no campo da linguagem, confrontando-as por um novo paradigma, que compreende as relações de linguagem imbricadas nas estruturas de produção material, histórica e concreta nas quais os sujeitos se organizam em sociedade.

Do ponto de vista bakhtiniano (BAKHTIN, 2014), a pesquisa realizada com crianças deve interrogar-se sobre a diversidade de significação e sentidos possíveis a partir da escuta de suas vozes. A palavra da criança, como interlocutora na pesquisa, assume um lugar de alteridade, na medida em que, em sua natureza dialógica, expressa a multiplicidade de relações sociais por ela vivenciada, relações essas produtoras de sentido que se dão a ver na escola, como campo pesquisado, e fora dela.

Ao tomarmos a pesquisa educacional com crianças como objeto de reflexão e compreensão, admitimos a dimensão dialógica da linguagem nas situações concretas de enunciação que são construídas nos espaços coletivos de educação. Corredores, salas de atividades, pátios, parques, refeitórios, enfim, todos os espaços, nos mais diversos contextos institucionais de creches, pré-escolas e escolas, abrigam e possibilitam situações de linguagem e potencializam a palavra das crianças, na interação com os adultos, como interlocutoras e sujeitos de conhecimento.

Conforme Bakhtin (2014, p. 36), a palavra é um fenômeno dialógico e ideológico, por excelência, como expressão da consciência sócio-histórica dos sujeitos, como “o modo mais puro e sensível da relação social”. Sendo assim, é recomendável que as conversas com as crianças sejam compreendidas e interpretadas em contextos de enunciação concretos, ou seja, nas condições sociais, materiais e simbólicas mais imediatas.

Na interação de linguagem entre crianças e adultos nas pesquisas em educação,

[...], não são [“apenas”] palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, 2014, p. 98-99).

Nessa perspectiva dialógica no campo da pesquisa educacional, as crianças são compreendidas como sujeitos concretos, habitantes em um tempo e espaço repletos de sentidos socialmente compartilhados. Daí o lugar do outro, da criança como uma legítima interlocutora na produção do conhecimento científico em educação, sendo reconhecida como sujeito ativo que, por meio da linguagem, é capaz de elaborar suas opiniões, impressões e avaliações sobre o meio que a cerca.

O esforço em mergulhar no conceito bakhtiniano de diálogo como proposição teórico-metodológica nas pesquisas em educação com crianças impõe que o desafio de reconhecer o outro implica atuar na educação, de tal modo que seja possível uma transformação mútua entre adultos e crianças. Kramer (2013, p. 29) já se propusera a tecer considerações sobre o outro como prioridade nas pesquisas em educação com crianças, admitindo o processo educacional, efetivamente, “como experiência humana nas suas dimensões epistemológica, ética e estética”.

Os elementos que atravessam as situações de pesquisas em educação entre crianças e adultos são de múltiplas ordens, como, físicos, políticos, econômicos, sociais, culturais, entre outros, o que nos leva a admitir as complexidades envolvidas na produção de sentidos em torno do objeto/tema a ser investigado. Daí os desafios das pesquisas com crianças serem de ordem epistêmica, mas, também, ético-política, quando se assume o princípio de considerá-las em seu lugar de sujeitos ativos e interativos.

Ora, no âmbito das contribuições de Bakhtin, nenhuma análise sobre o conhecimento se sustenta fora da esfera do agir ético e da arte. No que se refere ao agir ético, o maior desafio de uma educação que se concebe como resposta responsável é garantir o conhecimento do mundo e o reconhecimento do outro (KRAMER, 2013, p. 31).

Prosegue a autora, ao assumir que

[...] a educação como resposta responsável exige atuar contra todo tipo de preconceito, discriminação, estereótipo, negação, exclusão ou eliminação de alguém (criança, jovem ou adulto), pelas ideias que expõe, [...], etnia, religião, nacionalidade, opção política, idade, gênero ou orientação sexual (KRAMER, 2013, p. 34).

Portanto, a dimensão ética nas pesquisas em educação com crianças não apenas

responde à presença do outro, a sua alteridade, mas também à observância da sua dignidade e seu direito de existência. Assim, falar de ética no contexto de pesquisas dialógicas com as crianças significa ampliar as dimensões pelas quais se procede a pesquisa e perpassa pelos campos epistemológico e ético-sócio-político (KRAMER, 2013; SEVERINO, 2019). A ética, no sentido de alteridade, é “o compromisso cobrado do indivíduo decorrente do compromisso mais amplo que ele tem com a sociedade em seu conjunto, com a *polis*” (SEVERINO, 2019, p. 908).

O avanço da dimensão ético-política nos estudos em educação com crianças reside, entre outros aspectos não abordados neste artigo, em considerar sua condição de sujeitos de direitos e portadoras da palavra, o que também se caracteriza como uma inflexão no que tange à evolução histórica sobre a concepção de infância.

Sobre esse aspecto, Mesquita (2022, p. 20) ressalva que

O percurso ‘da negação da fala à perspectiva de fortalecimento da voz da criança’ passa pelo entendimento de que a mudança de um paradigma para outro consiste na compreensão de um processo não linear, de natureza transformadora e que porta em seu bojo controvérsias. Implica desacordos, conflitos, contradições e tensões, haja vista ser um processo inevitavelmente dialético.

Em assim sendo, o lugar das crianças nas pesquisas em educação desafia a transposição da visão tradicional para uma dialética que a conceba como sujeito ativo na sociedade. Esta dialética (re)interpretada na relação criança-pesquisa-pesquisador garante a observância dos seus direitos como ser que pensa e constrói os seus estilos de vida.

Considerações finais

O artigo se propôs a refletir e provocar deslocamentos no campo das pesquisas em educação balizadas por compromissos éticos e epistemológicos de se pesquisar com crianças, a partir da compreensão de um duplo movimento. Inicialmente, tratamos da inflexão epistemológica assumida pelas concepções de cunho qualitativo de investigação, diante do paradigma objetivista historicamente predominante nas ciências naturais.

Em um segundo momento, evidenciamos os desafios de se pesquisar com crianças, como

particularidade dos estudos em educação. Tais desafios fundamentam-se na invisibilidade histórica das crianças, e da infância, como categoria social, confrontada pela emergência do campo dos Estudos Sociais da infância, que passou a concebê-las como sujeitos históricos e sociais, portanto, como sujeitos ativos nos processos de construção do conhecimento.

Nesse cenário, impõe-se a necessidade de estudos e debates sobre o tema das pesquisas em educação com crianças que contemplem a dimensão das concepções, dos modos e dos princípios teórico-metodológicos nesse fazer.

Ao retomarmos as interrogações propostas como objeto de problematização e investigação no presente artigo, quais sejam: “Qual é o olhar que se tem sobre a criança na pesquisa?” e, “Até que ponto, efetivamente, conseguimos criar condições para uma relação ética, dialógica e alteritária nas pesquisas em educação com crianças?”, nos inclinamos em ratificar a dimensão dialógica da linguagem como princípio teórico-metodológico de pesquisa que possibilite ultrapassar a concepção estática de criança e infância, historicamente produzida, rumo à compreensão da dimensão da alteridade no campo da produção do conhecimento em educação entre adultos e crianças.

Em linhas gerais, pretendemos evidenciar as complexidades envolvidas nas diversas situações de pesquisa em educação com crianças que, por sua vez, estão sujeitas a múltiplos sentidos e intencionalidades. Desde a concepção, tema de investigação, objeto de pesquisa, até a escolha dos procedimentos metodológicos, todas essas dimensões expressam uma determinada visão de criança, infância e sociedade, o que impõe a necessidade de um agir ético que, efetivamente, contemple os direitos dela, o cuidado e a responsabilização com ela.

Assim, tensionamos as dimensões da ética, da dialogicidade e da alteridade como premissas que devem perpassar, na integralidade, todos os pressupostos intrínsecos à relação de pesquisa em educação com crianças, principalmente por nos pautarmos no desafio ético-político de investigarmos infâncias historicamente contextualizadas, interpeladas em sua condição de classe, de raça, de gênero, de território, de idade (ROSEMBERG, 2011).

Enfim, esperamos ter logrado êxito em justificar a necessidade de ampliar estudos e pesquisas, que busquem problematizar e reafirmar o campo político, ético e epistemológico da compreensão das crianças como sujeitos ativos e visíveis nas pesquisas em educação.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARBOSA, M. C. S. A ética na pesquisa etnográfica com crianças: primeiras problematizações. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 235-245, jan./jun. 2014.
DOI:10.5212/PraxEduc.v.9i1.0011.

BECCHI, E. Retórica da infância. Tradução Ana Gomes. *Perspectiva*, Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 22, p. 63-95, 1994.

BRASIL. *Lei n. 8069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Diário Oficial União, Brasília, DF, 16 de jul. 1990.

FERNANDES, F. As Trocinhas do Bom Retiro. In: FERNANDES, F. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Vozes: Petrópolis, p. 229-250, 2004.

FRANKLIN, B. *The Handbook of Children 's Rights: Compa-rative Pollycy and Practice*. London: Routledge, 1995.

KRAMER, S. Autoria e Autorização: Questões Éticas na Pesquisa com Crianças. *Cadernos de Pesquisa*, n.116, p.41-59, jul.2002.

KRAMER, S. A educação como resposta responsável: apontamentos sobre o outro como prioridade. In: FREITAS, M. T. de A. (org.). *Educação, arte e vida em Bakhtin*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 29-46, 2013.

MARTINS FILHO, A. J. Jeitos de ser criança: balanço de uma década de pesquisas com crianças apresentadas na ANPED. In: MARTINS FILHO, A. J.; PRADO, P. D. (orgs.). *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. Campinas, SP: Autores Associados, p. 81-106, 2011.

MARTINS, J. S. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: MARTINS, J. S. (org.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, p. 51-80,1993.

MESQUITA, D. L. de. Cidadania desde a infância e educação para a democracia: da negação da fala à perspectiva de fortalecimento da voz da criança. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de

Janeiro, v. 27, p. 1-22, 2022.

NAJMANOVICH, D. O feitiço do método. In: GARCIA, R. L. (org.). *Método, métodos, contramétodo*. São Paulo: Cortez, p.25-62, 2003.

QVORTRUP, J. *Childhood as a Social Phenomenon - An Introduction to a Series of National Reports*. Eurosocial - Report 36/1991. Vienne European Centre, 1991.

ROSEMBERG, F. M. B. M. Educação para quem? *Ciência e Cultura (SBPC)*, v. 28, n.12, p. 66-71, 1976.

ROSEMBERG, F.M.B. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, M.A.S. (org.). *Educação Infantil, Igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: Ceert, UFSCAR, MEC, p. 11-41, 2011.

SARMENTO, M. J. Visibilidade Social e Estatuto da Infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R. de; SARMENTO, M. J. (orgs.). *Infância (In)visível*. Araraquara, SP: Junqueira; Marin, p. 25-49, 2007.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a Infância: definindo conceitos delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (orgs.). *As Crianças: Contextos e Identidades*. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, p. 9-30, 1997.

SEVERINO, A. J. Pesquisa educacional: da consistência epistemológica ao compromisso ético. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 900-916, jul./set. 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14i3.12445.

SILVA, A. P. P. N. da; SOUZA, R. T. de; VASCONCELLOS, V. M. R. de. O estado da arte ou o estado do conhecimento. *Educação*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set./dez. 2020.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, mar. 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000100001>.

VARELA, J.; ALVAREZ-URIA, F. A maquinaria escolar. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 6, p.225-246, 1992. (Dossiê: História da Educação, v. 6).

Recebido em maio 2023.

Aprovado em novembro 2023.